

ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS: REBATIMENTOS NAS FAMÍLIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Kamila de Sena Rodrigues

Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Legislação Social e Políticas Públicas pela Faculdade Ratio. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). kamilasena@gmail.com;

Mirla Cisne Álvaro

Mirla Cisne Álvaro. Doutora. Faculdade de Serviço Social-UERN, mirlacisne@gmail.com.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir teoricamente o Estado em seu contexto de crise capitalista e seus rebatimentos nas políticas públicas e suas consequências para as famílias. As reflexões apresentadas buscam aproximações teóricas com alguns conceitos e categorias, tais como: modo de produção capitalista, Estado e políticas públicas. As reflexões feitas ancoram-se na tradição marxista de compreensão da realidade social, alicerçando suas análises tendo como método o materialismo histórico dialético. Propõe articular os conceitos e categorias apresentadas para uma reflexão sobre as determinações iminentes da dinâmica do capitalismo contemporâneo, no âmbito das políticas públicas no contexto brasileiro de crise capitalista. Como resultado encontramos que a ideologia neoliberal convoca as famílias a se responsabilizarem pelos encargos com as políticas públicas, quais serão os indivíduos mais afetados e não é difícil perceber que essa sobrecarga recai majoritariamente sobre as mulheres, que em uma sociedade patriarcal como a brasileira são vistas como as principais, se não únicas, responsáveis pelos encargos com os membros válidos e inválidos do grupo familiar.

Palavras-chave: Estado, crise capitalista, políticas públicas, família.

Introdução

A crise estrutural do capitalismo nesse momento histórico traz consequências devastadoras para a população. As respostas impulsionadas pelo capital com o objetivo de restaurar seu padrão de acumulação promovem o aprofundamento das desigualdades sociais, exploração do trabalho e concentração de riquezas.

Esse artigo tem o intuito de problematizar a crise estrutural contemporânea do capitalismo, decifrando o papel do Estado e as repercussões para as políticas sociais no contexto brasileiro, enfatizando os rebatimentos nas famílias. Entende-se que é na base da estrutura de produção da vida material que as análises devem ser realizadas, utilizaremos para tanto o método materialista histórico dialético em uma perspectiva de totalidade da vida social.

Dessa forma, esperamos contribuir, mesmo que de forma inicial, para o aprofundamento teórico dessa temática tão importante e atual no nosso cotidiano profissional, sem perder de vista que toda conclusão é provisória.

É importante frisar que os aspectos abordados neste artigo estão imbricados, assim tentaremos articulá-las dialeticamente, desvelando as contradições presentes. Ressaltamos que as discussões e análises postas, estão em constante transformação, necessitando por isso de contínuos debates, que estejam sempre atentos ao movimento do real.

Metodologia

Para a realização deste artigo empregamos o materialismo histórico dialético como método de análise e investigação da realidade, uma vez que esse propõe uma análise substantiva do real, partindo da aparência do objeto a ser investigado, mas não se limitando a essa e com base em análises e abstrações chegar à essência. Kosik (1976) afirma que a realidade se mostra em um movimento de “claro-escuro” “verdade e engano” onde a essência se manifesta de modo inadequado, parcial, apenas sob alguns aspectos e que para compreender “a coisa em si” é preciso atingir a essência, sendo esse o objetivo do método para a compreensão da realidade.

Destacamos que o trabalho possui uma perspectiva feminista crítica em proximidade com as feministas materialistas e marxistas

que compartilham do pensamento que a opressão, exploração e dominação sobre as mulheres possuem bases concretas e materiais, distanciando-se de questões meramente culturalistas e subjetivas.

A utilização desse método foi feita pela compreensão de que o método em Marx é o que melhor instrumentaliza e dá condições de uma investigação crítica, atenta às contradições e ao processo histórico em sua totalidade.

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica, sendo feita uma revisão de literatura das categorias e conceitos centrais para aproximação com a temática.

Referencial teórico

Na teoria crítica o Estado é visto como um elemento central para a compreensão da dinâmica da sociedade burguesa. Com variações conceituais dentro da própria teoria marxista, em síntese é uma organização que expressa e defende os interesses das classes dominantes, determinada em última instância pelas relações de produção e permeadas das contradições estimuladas pela correlação de forças existentes na luta de classes. Em seus estudos sobre o Estado, Poulantzas (1980) analisa como essa relação de forças entre classes se apresenta:

Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classes tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. [...] Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer um terreno vazio. As condições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado (POULANTZAS, 1980, p.152).

Mandel (1982) em sua análise sobre o capitalismo tardio, explica que as principais funções do Estado são criar as condições gerais de produção, controlar as ameaças das classes dominadas, utilizando para isso seu braço repressivo; e ainda deve integrar as classes dominadas por meio da difusão da ideologia da classe dominante para o

conjunto da sociedade. O autor informa que quanto maior for o uso da ideologia em sua função integradora, menor será a necessidade do uso da coerção.

Em sua fase monopolista, iniciada com o imperialismo clássico no final do século XIX tendo continuidade na fase tardia ou madura do capitalismo, como denomina Behring (2018), o capital exige a ampliação das funções do Estado que possibilitem a maximização dos lucros. Há uma “incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às ‘condições gerais de produção’ que financia” (MANDEL, 1982, p.339).

Na Europa a ascensão do capitalismo monopolista coincidiu com o aumento da influência política do movimento operário, exigindo o aumento do papel integrador do Estado o que garantiu o crescimento da legislação social, mediante à crescente luta de classes (MANDEL, 1882).

Embora exista um esforço ideológico por parte da burguesia em imprimir o discurso do Estado como um “juiz” neutro entre as diferentes classes sociais, Mandel (1982) afirma que nos momentos de crise esse organismo deixa transparecer que serve para manter a dominação política de uma classe sobre outra, no caso a burguesa sobre a trabalhadora.

As características supracitadas demonstram que a ideologia neoliberal de Estado mínimo é falaciosa, haja vista o papel imprescindível que o Estado desempenha ao capital para manter o mercado se comportando de acordo com as necessidades burguesas.

O Estado também tem o papel de evitar ou administrar as crises que surgem no capitalismo utilizando, para isso, esforços econômicos e sociais, Mandel (1982) afirma que quanto maior a necessidade de intervenção do Estado no sistema econômico capitalista mais explícito fica que esse sistema “sofre de uma doença incurável” (p.341).

A crise ocorrida após o período conhecido como “anos dourados”¹ produziu as bases para estruturar o que chamamos de período neoliberal. Sobre o papel do Estado nesse período Behring (2018) aponta:

1 Fase expansiva do capitalismo maduro, pós segunda Guerra Mundial (pós 1945) período fordista-keneyiano-onde a produção era realizada em larga escala, combinada com o consumo em massa- também conhecido como Estado de Bem Estar social, momento que possibilitou implementação do pleno emprego e de políticas sociais de desenho social-democrata (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

O neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois esse permaneceu com forte presença econômica e social, e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países, pelo contrário. Tudo indica que a diminuição do “peso” do Estado vinculou-se mais às privatizações e à diminuição da tributação sobre os ricos, mas sem diminuir a carga tributária, ou seja, sustentando-a cada vez mais sobre o trabalho necessário (p.50).

A partir da segunda metade da década de sessenta, as taxas de lucro dos países de capitalismo central começaram a cair, e os índices de crescimento econômico não conseguiram se manter. Assim, o capital se vê às voltas com uma nova crise e precisa se reestruturar na busca da manutenção e aumento das taxas de lucro.

O capitalismo na contemporaneidade, situado historicamente entre as décadas finais do século XX e início do século XXI, se estabelece a partir de processo que chamamos de mundialização da economia, combinado com o processo de financeirização.

A característica predominante do novo regime mundial de acumulação capitalista é ser rentista e parasitário, isto é, está, de modo crescente, subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento (mutual investments funds) e os fundos de pensão (as características rentistas dizem respeito também ao capital produtivo). O poder, se não a própria existência, deste capital-dinheiro é sustentado pelas instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, e pelos Estados mais poderosos do planeta a qualquer que seja o custo. (ALVES, 1999, p.54)

A reestruturação produtiva é marca dessa fase do capital. São algumas características desse processo: um modelo de produção flexível baseado no modelo japonês/toyotismo (mais flexível, enxuto, de menor investimento e risco), que se utiliza de alta tecnologia, automatizando parte da produção em detrimento de mão-de-obra e a produção é conduzida pela demanda, gerando um estoque mínimo (BEHRING, 2008). Como consequência, há uma flexibilização dos contratos de trabalho, redução do emprego regular em favor do trabalho em tempo parcial, temporário, trabalho subcontratado, sem direitos

trabalhistas assegurados. Esse cenário traz como uma de suas implicações a dificuldade de organização política da classe trabalhadora, haja vista sua heterogeneidade.

Outra característica presente nessa conjuntura é a acumulação flexível que se refere a “alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro” (BEHRING, 2008, p. 40).

Uma particularidade do modelo flexível é a desterritorialização da produção: as unidades produtivas são levadas para novos espaços, principalmente para regiões subdesenvolvidas, onde a exploração da força de trabalho pode ser intensificada, já que nesses lugares, geralmente, a mão de obra é mais barata e existe uma legislação protetora do trabalho menos articulada. Nesse modelo também assistimos uma descentralização da produção através da terceirização e subcontratação de pequenas e médias empresas.

Conforme Montanõ e Duriguetto (2011), a crise no modelo fordista-keneynsiano obrigou o capital e o Estado a operarem na reestruturação de processos e instituições existentes, ou seja, aquele regime vigente deveria ser substituído por uma nova estratégia que anulasse as conquistas trabalhistas, permitindo uma superexploração do trabalho, criando um novo regime de acumulação, denominado de ofensiva neoliberal. Essa estratégia se sustenta em três pilares fundamentais e articulados: a ofensiva contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado.

Dessa forma, o neoliberalismo rompe com o Estado de Bem Estar Social, sendo este “o máximo de reforma social possível no mundo do capital, ou máxima combinação entre acumulação capitalista, democracia e igualdade de direitos” (BEHRING, 2018, p.45) para dar continuidade à acumulação ampliada do capital. Ele rompe com o que, dentro da lógica liberal e neoliberal, é considerado “acessório” (o modelo de desenvolvimento), para manter o que para a burguesia é fundamental: a acumulação capitalista através da exploração da força de trabalho.

No cenário de contrarreforma orientado por parâmetros neoliberais, os Estados operam na redução de gastos com políticas e serviços sociais, impactando profundamente nas políticas públicas sociais, sendo estas substituídas por programas de combate à pobreza, perdendo o seu caráter universal e dando lugar a ações focalizadas

voltadas aos comprovadamente pobres, restringindo ainda mais o acesso a esses serviços.

[...] as políticas sociais vêm sendo pensadas para compensar a intensificação da exploração, que implica em processos de pauperização absoluta e relativa na maioria das vezes combinados, a depender da luta de classes nos espaços nacionais, e considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a busca do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse sentido, no ambiente do neoliberalismo, crescem as dimensões assistenciais das políticas sociais e a própria assistência social como política pública (BEHRING, 2018, p.49).

Nesse sentido, duas ações são fomentadas pelo Estado: a privatização dos serviços sociais, seja pela contratação de serviços privados ou pela precarização do serviço público, fazendo com que a população recorra aos serviços no setor privado, quando e se tiver condições para tal; parcerias dos governos com organizações não governamentais e filantrópicas para prestação de serviços, como também mobilização para as ações voluntárias e de solidariedade dos indivíduos para aquelas e aqueles que não gozam das condições exigidas para a primeira opção. Os efeitos são devastadores para a classe trabalhadora, há aumento do desemprego, perda dos direitos trabalhistas conquistados, precarização das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Sob esta órbita de mundialização do capital e das políticas neoliberais, “as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de ‘combate à pobreza’ e à exclusão social” (IAMAMOTO, 2001, p.10).

Iamamoto (2001) explica que antes mesmo do padrão neoliberal as medidas de atendimento aos desempregados eram descontínuas e focalizadas. Contudo, no cenário contemporâneo ganham forças as medidas assistenciais para tratar das questões relacionadas ao desemprego, por exemplo, com a criação dos programas de transferência de renda e de capacitação para mercado focado na lógica da flexibilização, incentivando a informalidade, perdendo força as políticas para o desenvolvimento e criação de postos de trabalho formais.

Isso ocorre não somente no que diz respeito ao desemprego, pois as mais diversas expressões da questão social são tratadas sob essa ótica de gerenciamento da pobreza em detrimento da garantia de direitos sociais, conforme preconiza a Constituição Federal de 1998. Sobre esse cenário, resume Iamamoto:

(...), as múltiplas manifestações da questão social sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo, expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvos de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas. (IAMAMOTO, 2007, p.155)

É nesse contexto de redução dos gastos públicos com as políticas sociais que surge o pluralismo de bem-estar uma alternativa neoliberal que retira a primazia do Estado na gerência das políticas sociais, sobrecarregando a sociedade com responsabilidades públicas, aumentando a possibilidade de privatização.

Assim, mesmo ser ter claro “quem” na sociedade deveria assumir responsabilidades antes pertencentes ao Estado, “quem” e “com que meios” financiaria a provisão social, e “que formas” de articulação seriam estabelecidas entre Estado e sociedade no processo de satisfação das necessidades sociais, foram concebidas fórmulas que exigiam da sociedade e da família considerável comprometimento (PEREIRA, 2010, p.31).

Como pontua Souza (2018), no contexto de centralidade das famílias nas políticas sociais brasileiras a família se encontra no papel de principal responsável, tendo a obrigação moral de garantir o cuidado e o bem-estar dos indivíduos que a constitui, enquanto o Estado minimiza a sua intervenção nas políticas que atenderiam as necessidades da população.

Resultados e discussão

Nesta conjuntura apresentada é fundamental fazer o questionamento sobre as possibilidades reais das famílias exercerem a função de proteção pela qual estão sendo demandadas, uma vez que estas se encontram cada vez mais sobrecarregadas e desprotegidas, tendo pouco ou nenhum acesso as políticas públicas.

Assim, o que foi nomeado de políticas sociais familistas – concepção de que as “unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar social dos seus membros” (MIOTO, CAMPOS; LIMA 2006, p.170), responsabilidades estas que outrora eram atribuídas ao Estado – se voltam para as famílias sem que haja o fornecimento das condições para que isso ocorra. Sobre o contexto brasileiro as autoras consideram em suas análises que:

[...] as definições legais e operacionais das políticas brasileiras, indica a centralidade da família na produção do bem-estar e demonstra que, tanto nos dispositivos legais como na operação de programas sociais, é clara no Brasil a dependência do reconhecimento do direito individual às condições da família, (...) revelando que a família brasileira longe de ter sido esvaziada nas suas funções, sempre esteve sobrecarregada (MIOTO, CAMPOS; LIMA 2006, p.171).

Nesse estudo as autoras acima citadas afirmam ainda que a família sempre exerceu um papel de amortecedora das crises, situação que só foi agravada no contexto de recrudescimento das expressões da questão social com a crise capitalista. Ou seja, é exigido a maior participação familiar num momento de maior pauperização e dificuldades dessas famílias, inclusive responsabilizando-as por obrigações que deveriam ser cumpridas e condições sociais que deveriam ser garantidas pelo Estado.

É imprescindível destacar nessa situação, na qual a ideologia neoliberal convoca as famílias a se responsabilizarem pelos encargos com as políticas públicas, quais serão os indivíduos mais afetados e não é difícil perceber que essa sobrecarga recai predominantemente sobre as mulheres, uma vez que o sistema familiar patriarcal é baseado na divisão sexual do trabalho e na desvalorização do trabalho feminino, mesmo este possuindo importância fundamental na reprodução do

sistema capitalista. Na divisão sexual do trabalho são as mulheres as principais, se não únicas, responsáveis pelos encargos com os membros válidos e inválidos do grupo familiar.

Em sua tese, Ferreira (2017) faz uma análise sobre a apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e destaca:

concluimos que sem a apropriação deste tempo das mulheres, a política social do Estado monopolista periférico e, em particular, neoliberal, não se sustentaria. Esta captura do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social doméstica não um epifenômeno da implementação das políticas de saúde e outras políticas sociais; é, antes, uma mediação constitutiva das políticas sociais no capitalismo, acentuadas no período de hegemonia neoliberal e acirradas no contexto de crise e restauração do capital, como o vivenciado no Brasil hoje (FERREIRA, 2017, p.188).

Dessa forma, fica explícito que a orientação familista das políticas públicas sobre a égide neoliberal não possui apenas um viés ideológico, como também existe e se perpetua em uma sólida base material, sendo o tempo social das mulheres uma mediação imprescindível em todo o arcabouço político da vida social (FERREIRA, 2017).

Considerações finais

Embora tenhamos a compreensão de que a superação dessa sociedade não se dará por meio das políticas sociais, posto que estas atuam na perspectiva de atendimentos das necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capital e da força de trabalho, também é preciso ressaltar a natureza contraditória presente nas políticas sociais que atendem as necessidades concretas da classe trabalhadora, razão pela qual deve permanecer alvo de disputa na luta de classes.

Assim, dentro dos limites impostos pelas políticas públicas, é preciso assegurar a centralidade do Estado na garantia de direitos e institucionalizar e profissionalizar as políticas de proteção social. É necessário que o objetivo da política social em relação a família não seja o de pressionar as mulheres para que elas assumam mais responsabilidade, impraticáveis de realizar tendo em vista as condições

materiais de reprodução, o Estado deve oferecer alternativas viáveis para a participação.

Ainda é necessário avançar em análises que, em uma perspectiva de totalidade, possam abordar tal problemática a partir dos determinantes históricos, sociais e econômicos que estruturam a ação do Estado capitalista, racista e patriarcal. Contudo, é tarefa urgente e decisiva na superação dessas opressões e no vislumbre da emancipação humana, articular-se politicamente no sentido da superação da ordem social estabelecida.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente**. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). *Marxismo, política social e direitos*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v.2).

FERREIRA, Verônica M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis - ABEPSS, Brasília, Ano II nº. 3, p. 09-32, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. In: Os Economistas, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MIOTO, R.C.T., CAMPOS, Martha Silva, e LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **“Quem cobre as insuficiências das Políticas Públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de Bem-Estar Social”**, in Revista de Políticas Públicas. v10. n.1, janeiro/junho 2006, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p.165-185.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5).

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro de e LEAL, Maria Cristina(organizadores) In: Política Social, família e juventude: uma questão de direitos – 6ªed. São Paulo. Cortez, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal,1980.

SOUZA, Ilka de Lima. **Centralidade da família nas políticas sociais e diversidade familiar**. in Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22108/14616> Acesso em: 15 de maio de 2021.